



ES CRAVO, NEM PENSAR!

Mato Grosso - 2023

EXPEDIENTE

Repórter Brasil

Organização de Comunicação e Projetos Sociais

Presidente: Leonardo Sakamoto

Diretoria: Claudia Carmello Cruz, Lúcia Ramos Monteiro, Daniela de Carvalho Matielo, Maurício Eraclito Monteiro Filho e Carolina Falcão Motoki

Conselho fiscal: Beatriz Costa Barbosa, Luiz Guilherme Barreiros Bueno da Silva e Spensy Kmitta Pimentel

Coordenadores de programas: Carlos Juliano Barros (Jornalismo), Marcel Gomes (Pesquisa) e Natália Sayuri Suzuki (Educação)

Departamento administrativo-financeiro: Marta Elizabeth Vieira (coordenadora), Juliana Furhmann (analista financeira), Neusa Amorim (analista financeira), Victoria Perino Rosa (assistente administrativa) e Jéssica Migliorati (estagiária)

Escravo, nem pensar! no Mato Grosso – 2023

Equipe do programa Escravo, nem pensar!:

Natália Suzuki (coordenadora), Rodrigo Teruel (assessor de projeto), Tatiana Chang Waldman (analista de projeto), Vitor Camargo de Melo (analista de projeto) e Fernanda Banyan (assistente de projeto)

Redação: Guilherme Zocchio

Edição: Rodrigo Teruel e Natália Suzuki

Revisão: Bruno Barros

Projeto gráfico e diagramação: Paula Santos

Realização: Repórter Brasil e Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso

Parceria: Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Mato Grosso, Comissão Pastoral da Terra e Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso

Apoio: Fundo Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Mato Grosso

Impressão: PifferPrint

Tiragem: 3 mil unidades

Distribuição gratuita

As produções didáticas do programa Escravo, nem pensar! estão protegidas pelos artigos 29 e 46 da lei n.º 9.610/1998, que dispõe sobre os direitos autorais no país. Para saber mais sobre as condições de reprodução do material, entre em contato com a Repórter Brasil.

Sobre o ENP!

Coordenado pela ONG Repórter Brasil*, o programa Escravo, nem pensar! (ENP!) é o primeiro programa educacional de combate ao trabalho escravo a atuar em âmbito nacional. Desde 2004, previne comunidades socioeconomicamente vulneráveis de violações de direitos humanos, como o trabalho escravo e o tráfico de pessoas. Seus projetos já alcançaram mais de 600 municípios em 14 estados brasileiros e beneficiaram mais de 1,6 milhão de pessoas. O programa foi incluído nominalmente na segunda edição do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo e contempla metas ou ações de prevenção ao trabalho escravo dos planos estaduais da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Tocantins.

*Sobre a Repórter Brasil

A Repórter Brasil, fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores, é reconhecida como uma das principais fontes de informação sobre trabalho escravo no país. O seu objetivo é estimular a reflexão e a ação sobre as violações aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo no Brasil. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias têm sido usadas como instrumentos por lideranças do poder público, da sociedade civil e do setor empresarial em iniciativas de combate ao trabalho escravo contemporâneo, que afeta milhares de brasileiros.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

--
Repórter Brasil
Escravo, nem pensar!
no Mato Grosso – 2023
/ Natália Suzuki (org.);
equipe Escravo, nem pensar!
– São Paulo, 2024.
64 p.: 25 x 17,5 il.
ISBN 978-65-87690-14-8
1. Educação. 2. Direitos Humanos.
3. Trabalho Escravo
I. Título.
CDD 370.981

--
Índice para o catálogo sistemático:
1. Educação : Direitos Humanos :
Trabalho Escravo 370.981





ES CRAVO, NEM PENSAR!

Mato Grosso - 2023

APRESENTAÇÃO

No ano de 2009, o Programa Escravo, nem pensar! desenvolveu um projeto de formação com a escola rural do assentamento da Vila Jacaré Valente, no município de Confresa (MT). Devastada pelos desafios decorrentes de não conseguir plantar, a comunidade sofria com a migração das famílias, que decidiam tentar a sorte na cidade. A escola, então, padecia de uma alta evasão de seus estudantes, que partiam para trabalhar nas fazendas. Muitos desses trabalhadores acabaram submetidos a situação de trabalho escravo.

O projeto desenvolvido com o ENP! fomentou uma nova forma de perceber os problemas, não mais atribuídos a escolhas individuais, mas tratados como parte de um contexto mais amplo. Assim, era também a coletividade que se mobilizaria para soluções que viabilizassem a permanência dos trabalhadores no assentamento, evitando o seu recrutamento para o trabalho escravo. A escola, então, ocupou papel central. No decorrer do projeto, a escola se transformou num espaço de reunião da comunidade e, principalmente, num ator capaz promover a reorganização social a partir da colaboração entre os indivíduos, especialmente dos jovens. Essas ações perduram até hoje, mesmo após o fim oficial do projeto na escola. O Escravo, nem pensar! colaborou para que as famílias desenvolvessem autonomia para lutar contra o trabalho escravo e para que permanecessem com dignidade em suas terras.

Da mesma forma que essa experiência, desenvolvida há 15 anos, nos chama a atenção para a potencialidade e a força das comunidades que seguem resistindo a violações de toda sorte, é também estarrecedor que o trabalho escravo ainda seja uma realidade presente no Brasil, sobretudo no estado do Mato Grosso, que ocupa a terceira posição em quantidade de trabalhadores resgatados no ranking nacional¹.

1 Entre 1995 e 2023, 6.233 foram encontrados em situação de trabalho escravo no estado, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego. A quantidade representa 9,83% do total de 63.426. O estado ocupa o quarto lugar dentre os estados brasileiros em quantidade de casos: 233 casos, 7% do total de 3.295.

Mato Grosso é um estado destacado pela riqueza, tanto em termos de sua biodiversidade, quanto da produção de seu agronegócio. No entanto, da riqueza produzida com a exportação de tantos produtos, para tantas partes diferentes do mundo, muito pouco se reverte para os trabalhadores e as comunidades do estado. Em consequência disso, ainda causa espanto saber que o trabalho escravo, um modelo de exploração tão arcaico, é parte constitutivo e essencial de modelos de produção tão modernos, ricos e desenvolvidos a partir de tanta tecnologia para competir internacionalmente.

Diante disso, a ONG Repórter Brasil mais uma vez estabeleceu uma parceria com a COETRAE-MT e a SEDUC-MT para desenvolver um projeto de formação para toda a rede pública estadual de educação. O objetivo é prevenir os trabalhadores e as próximas gerações de jovens, que ingressarão no mundo do trabalho, de relações de exploração.

Durante os anos de 2022 e 2023, então, o Escravo, nem pensar! dedicou-se ao desenvolvimento dessa formação que, agora, completa todas as regiões do estado. Ao longo das páginas que se seguem, estão representadas culminâncias do projeto desenvolvido em 2023 com os gestores da educação de nove diretorias regionais, que se multiplicaram em ações pedagógicas de 340 escolas, mobilizando professores, estudantes, suas famílias e comunidades em 78 municípios de Mato Grosso.

Boa leitura!

Equipe do programa Escravo, nem pensar!
ONG Repórter Brasil

Painel de resultados das edições 2022 e 2023

	2022	2023	Total das edições	% do total do estado
Diretorias Regionais de Educação	8	9	15 ¹	100%
Municípios Alcançados	60	78	129 ²	91%
Escolas engajadas	268	340	523 ³	81%
Estudantes	103.700	141.056	244.756	
Educadores(as)	4.088	3.176	7.264	
Funcionários(as)	1.189	2.308	3.497	
Pessoas da comunidade extraescolar	53.891	36.915	90.806	
Total de pessoas envolvidas	162.871	183.455	346.326	

1 Exclui-se da soma total a repetição das DREs de Cuiabá e Várzea Grande, que participaram de ambas edições. Em 2023, a DRE Querência foi extinta, por isso em 2024 haviam apenas 14 DREs no estado.

2 Exclui-se da soma total a repetição dos municípios das DREs de Cuiabá e Várzea Grande que participaram de ambas edições.

3 Exclui-se da soma total a repetição das escolas das DREs de Cuiabá e Várzea Grande que participaram de ambas edições.

SUMÁRIO

1. O que é trabalho escravo?	11
2. Trabalho escravo no Mato Grosso	15
2.1. Aliciamento e migração	20
3. Programa Escravo, nem pensar! no Mato Grosso (2023)	23
3.1. Ficha técnica	24
3.2. Organograma do projeto	26
3.3. Conquistas	29
4. Experiências educacionais	31
4.1. Diretorias Regionais de Educação	33
DRE de Barra do Garças	34
DRE de Cuiabá	37
DRE de Diamantino	40
DRE de Matupá	43
DRE de Pontes e Lacerda	46
DRE de Primavera do Leste	49
DRE de Rondonópolis	52
DRE de Sinop	55
DRE de Várzea Grande	58
5. Rede ENP! de prevenção ao trabalho escravo no Brasil	61
6. Saiba mais sobre trabalho escravo	62



Glossário

Coetrae-MT – Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DRE – Diretoria Regional de Educação (Mato Grosso)

E.E. – Escola Estadual

ENP! – Escravo, nem pensar!

MPT – Ministério Público do Trabalho

Seduc-MT – Secretaria de Estado de Educação do Governo de Mato Grosso

Sesp-MT – Secretaria de Estado de Segurança Pública do Governo do Mato Grosso

SRTE-MT – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Mato Grosso

UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso



O QUE É TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO?

1. O que é trabalho escravo?

O trabalho escravo contemporâneo é uma grave violação dos direitos humanos que acomete a dignidade e priva a liberdade do indivíduo. No Brasil, ele é definido como crime pelo artigo 149 do Código Penal, como vemos a seguir:

Código Penal

Artigo 149. Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º. Nas mesmas penas incorre quem:

- I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;
- II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º. A pena é aumentada de metade se o crime é cometido:

- I – contra a criança ou adolescente;
- II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.



O trabalho escravo dos dias de hoje difere da escravidão dos períodos colonial e imperial, quando as vítimas eram presas a correntes e açoitadas no pelourinho. Os elementos a seguir caracterizam essa violação de direitos humanos na contemporaneidade.

Trabalho forçado

O trabalhador é submetido à exploração, sem possibilidade de deixar o local por causa de dívidas, violência física ou psicológica. Em alguns casos, o trabalhador se encontra em local de difícil acesso, dezenas de quilômetros distante da cidade, isolado geograficamente e longe de sua família e de uma rede de proteção. Em outros, os salários não são pagos até que se finalize a empreitada, e o trabalhador permanece no serviço com a esperança de, um dia, receber. Há ainda os casos em que os documentos pessoais são retidos pelo empregador, e o trabalhador se vê impedido de deixar o local.

Jornada exaustiva

Não se trata somente de um excesso de horas extras não pagas. É um expediente desgastante que coloca em risco a integridade física e a saúde do trabalhador, já que o intervalo entre as jornadas é insuficiente para que possa recuperar suas forças. Há casos em que o descanso semanal não é respeitado. Assim, o trabalhador também fica impedido de manter vida social e familiar e corre mais riscos de adoecimento físico e mental.

Servidão por dívidas

Fabricação de dívidas ilegais referentes a gastos com transporte, alimentação, aluguel e ferramentas de trabalho para “prender” o trabalhador ao local de trabalho. Esses itens são cobrados de forma abusiva e arbitrária para, então, serem descontados do salário do trabalhador, que permanece sempre endividado. Por uma questão de honra, os trabalhadores permanecem no trabalho, ainda que a suposta dívida seja fraudulenta e se torne impagável.

Condições degradantes

Conjunto de elementos irregulares que caracterizam a precariedade do trabalho e das condições de vida do trabalhador, atentando contra a

sua dignidade. Frequentemente, esses elementos se referem a alojamento precário, péssima alimentação, falta de assistência médica, ausência de saneamento básico e água potável. Não raro, são constatadas também situações de maus-tratos e ameaças físicas e psicológicas.



Foto: Sergio Carvalho/Ministério do Trabalho e Emprego



TRABALHO ESCRAVO NO MATO GROSSO

2. Trabalho escravo no Mato Grosso

O Mato Grosso é o carro-chefe da agricultura de *commodities* no Brasil, respondendo, sozinho, por mais de um quinto (21,2%) de todo o valor gerado no ramo, de acordo os dados de 2023 da Produção Agrícola Municipal (PAM), aferidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com R\$ 174,8 bilhões gerados, o estado, nesse setor, está muito à frente de outras economias nacionais pujantes, como a de São Paulo (com R\$ 103 bilhões) ou a de Minas Gerais (com R\$ 87,3 bilhões). Além disso, a unidade federativa se orgulha de abrigar a chamada “capital do agronegócio”, o município de Sorriso, que é líder em produtividade nessa área no país. No entanto, ao mesmo tempo em que quebra recordes econômicos, o território mato-grossense mantém índices igualmente superlativos de exploração de mão de obra escrava, sobretudo no meio rural.

Entre 1995 e 2023, o estado é o terceiro colocado em número de pessoas submetidas a condições análogas às de escravidão. Ao todo, foram 6.233 vítimas encontradas (quase 10% do total) nessa situação durante o período, segundo informações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), compiladas pela **Repórter Brasil** em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT). No Mato Grosso, no ranking de atividades em que mais vezes a fiscalização trabalhista encontrou mão de obra escrava,

a pecuária e lavouras como as de soja e milho, correspondem, respectivamente, à primeira e segunda posição, com 102 e 49 casos. Abaixo delas, está outro cultivo que é considerado um alicerce do setor agrícola, a cana-de-açúcar, com 12 ocorrências. Juntas, essas quatro frentes agropecuárias já escravizaram 5.366 pessoas nos últimos 25 anos, mais de 85% do total de vítimas na região, conforme os dados levantados.

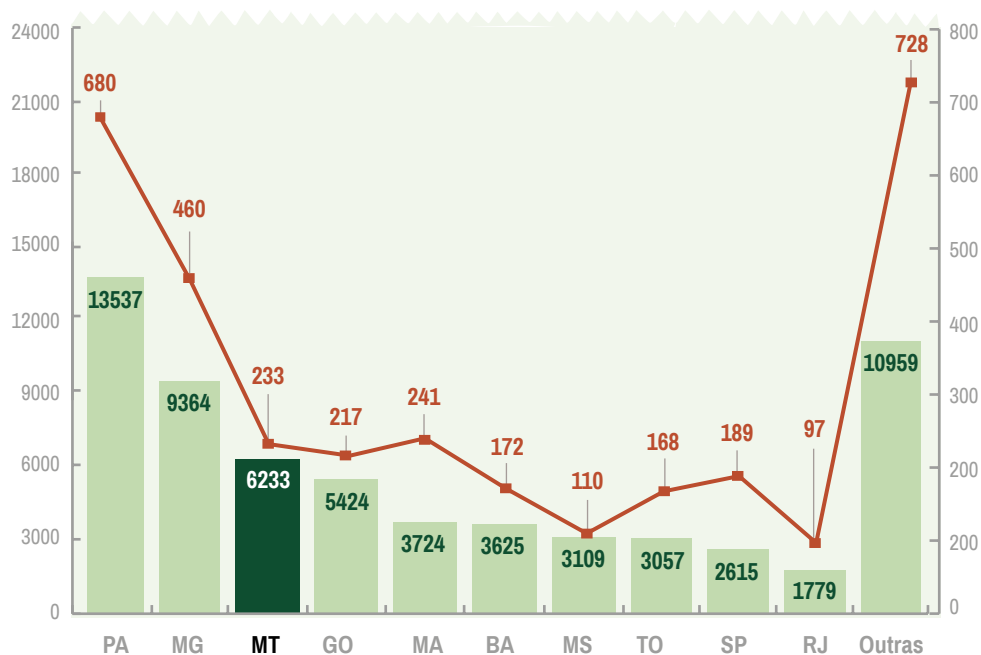




“Hoje já está claro que a erradicação do trabalho escravo contemporâneo não será alcançada se essa missão ficar restrita aos órgãos de repressão, sejam trabalhistas ou penais. Todo o Estado brasileiro e toda a sociedade brasileira precisam ser mobilizados. Projetos como o Escravo, nem pensar! trabalham precisamente nessa intersecção entre sociedade e Estado em um dos serviços públicos mais capilarizados, que é a educação. A sociedade civil é, então, representada pelos alunos e, mais além, pelas famílias desses alunos, pela comunidade escolar, a quem esse conhecimento sobre o trabalho escravo contemporâneo chega na forma de denúncia e prevenção”

Állyson Feitosa Torquato Scorsafava, procurador da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso.

Ranking do trabalho escravo no Brasil por UF de resgate (1995 a 2023)

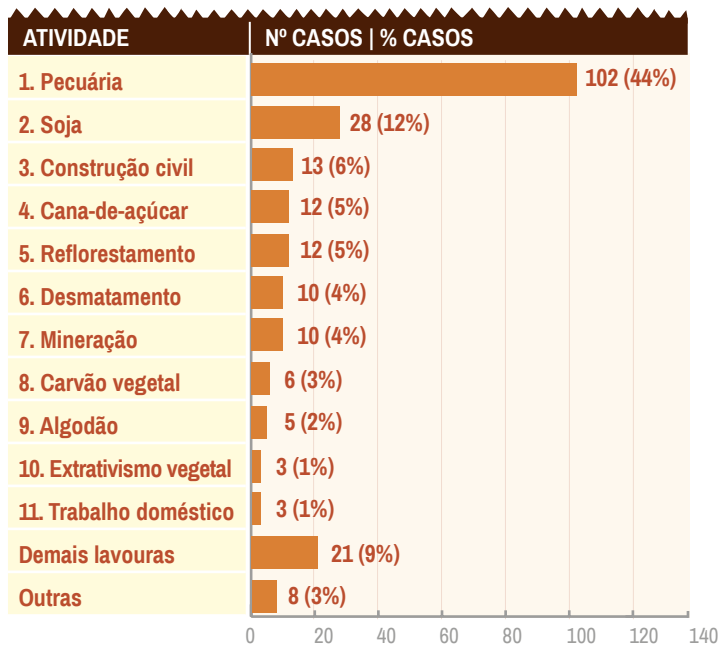


TOTAL

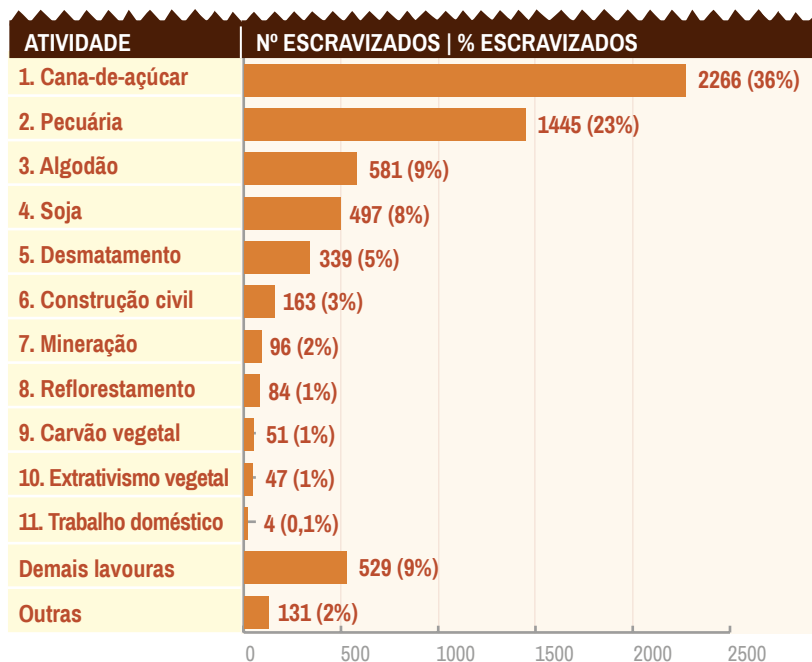
—■ N° Casos: 3295 ■ N° Escravizados: 63426

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.

Ranking de trabalhadores escravizados por atividade econômica no Mato Grosso (1995 a 2023)



Dados do Ministério do Trabalho e Emprego sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.



Dados do Ministério do Trabalho e Emprego sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.

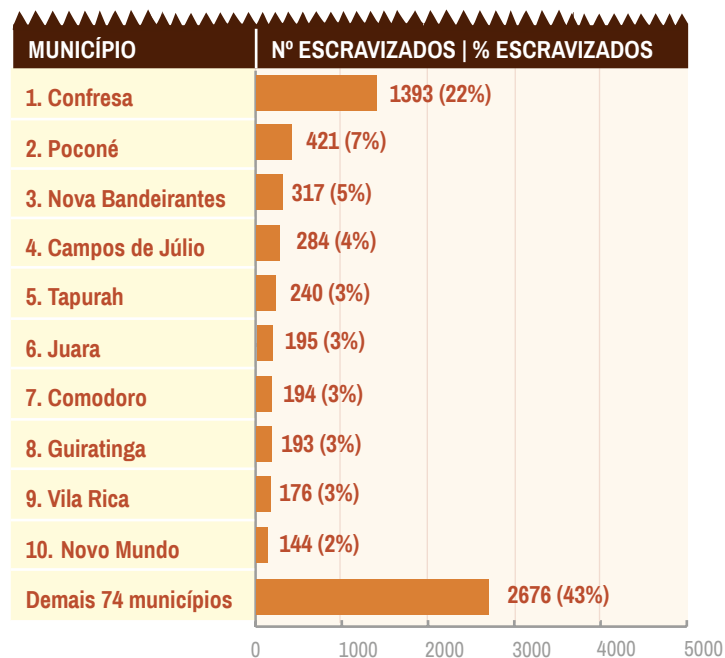
TOTAL: 6.233

Ranking do trabalho escravo em Mato Grosso por município de resgate (1995 a 2023)



Dados do Ministério do Trabalho e Emprego sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.

TOTAL: 233



Dados do Ministério do Trabalho e Emprego sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.

TOTAL: 6.233

2.1. Aliciamento e migração

A maior parte das pessoas resgatadas do trabalho escravo no Brasil é composta de migrantes. Eles se deslocam em busca de melhores condições de vida diante da falta de oportunidades em seus locais de origem. Com frequência aceitam ofertas duvidosas em condições que lhes negam a dignidade no ambiente laboral.

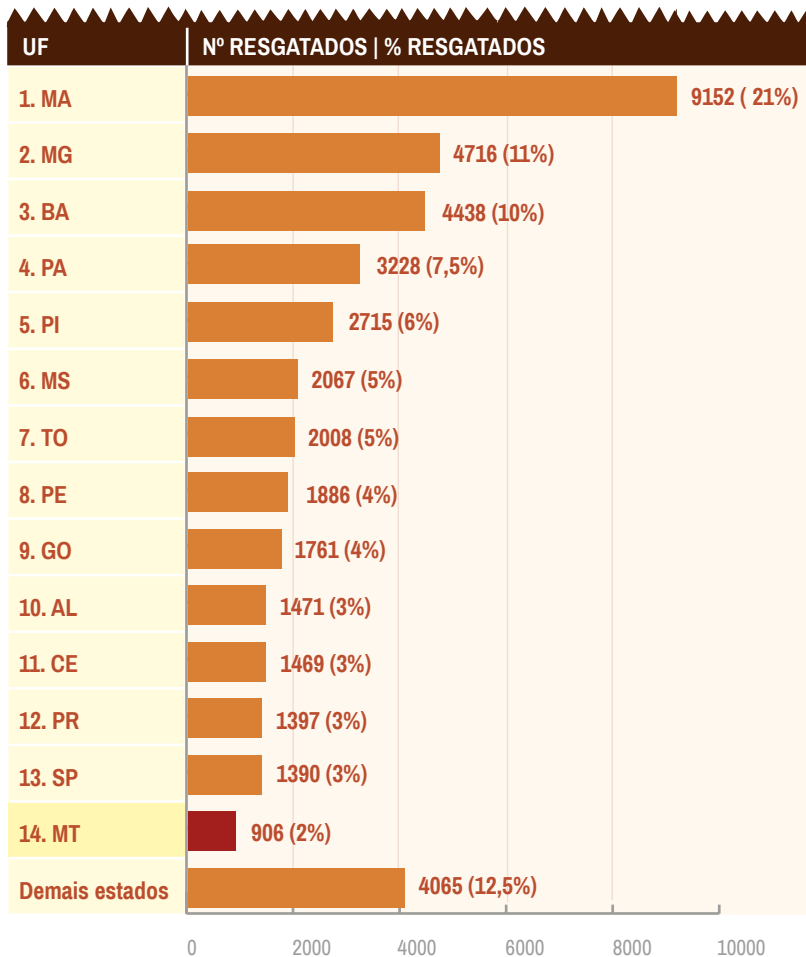
Em geral, a maioria desse contingente migratório sai das regiões com menor índice de desenvolvimento humano (IDH) do país, como Maranhão, Pará e Piauí, que, de acordo com dados do IBGE de 2021, apresentavam IDH de 0,676, 0,691 e 0,690, respectivamente – em direção a estados com mais desenvolvimento econômico, como o Mato Grosso.

Nesses casos, elas se mudam para a região em busca das benesses relacionadas ao crescimento do agronegócio. Um exemplo é o norte mato-grossense, onde, ao mesmo tempo, desfruta-se da riqueza gerada pela agropecuária e há um grande contingente de trabalhadores migrantes pobres à procura de qualquer tipo de ocupação. Há, ainda, um contingente de naturais do Mato Grosso que são explorados no próprio estado ou em outros locais do país, como será visto no gráfico a seguir.



Nesse sentido, a estratégia do Escravo, nem pensar! é a prevenção dos problemas nas duas pontas da cadeia de exploração do trabalho escravo. O programa já realizou formações nas unidades federativas em que mais pessoas foram aliciadas e, agora, encerra um ciclo de formações em um dos territórios em que há um grande número de vítimas.

Ranking do trabalho escravo no Brasil por UF de origem dos resgatados (2003 a 2022)

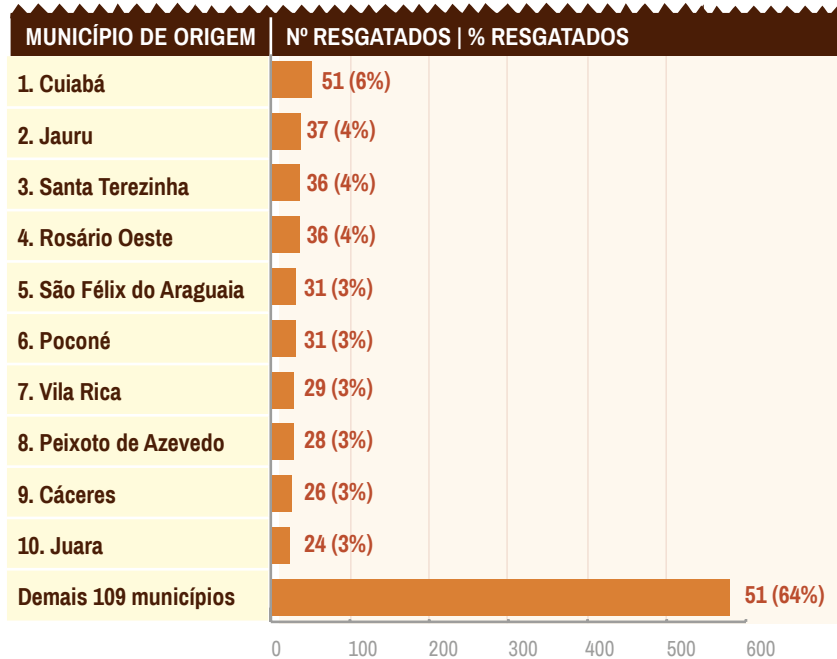


TOTAL: 42.669

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.



Ranking de trabalhadores resgatados em todo o Brasil por município de origem do Mato Grosso (2003 a 2022)



TOTAL: 906

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.

“O Escravo, nem pensar! é uma ótima oportunidade de levar conhecimento para os trabalhadores, por meio de seus filhos, sobre direitos. No Mato Grosso, essa é uma iniciativa fundamental, já que há muitas vítimas resgatadas da situação de trabalho escravo e poucas informações divulgadas sobre o problema. O sucesso do projeto é a proteção de crianças e adolescentes que podem se afastar do trabalho escravo. A CPT apoia e, com certeza, reconhece que é uma iniciativa muito importante em um estado tão dependente do agronegócio”

Wellington Rodrigues, coordenador da Comissão Pastoral da Terra no Mato Grosso.



PROGRAMA
ESCRAVO, NEM PENSAR!
NO MATO GROSSO (2023)

3. Programa *Escravo, Nem Pensar!* no Mato Grosso (2023)

3.1. Ficha técnica

Objetivo geral

Diminuir, com o uso da educação, o número de pessoas aliciadas para o trabalho escravo e submetidas a condições análogas às de escravidão nas zonas rural e urbana do Mato Grosso.

Objetivos específicos

- Sensibilizar e capacitar gestores e técnicos pedagógicos da rede estadual do Mato Grosso para formar professores de regiões vulneráveis ao trabalho escravo.
- Mobilizar escolas da rede estadual do Mato Grosso a desenvolverem atividades educativas de prevenção ao trabalho escravo contemporâneo e de assuntos correlatos com estudantes e comunidade extraescolar.

Público

Gestores e técnicos pedagógicos de nove Diretorias Regionais de Educação: Barra do Garças, Cuiabá, Diamantino, Matupá, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Rondonópolis, Sinop e Várzea Grande.

Período

Maio a dezembro de 2023.

Metodologia

A metodologia do projeto é dedicada à formação dos profissionais de educação para que se tornem agentes multiplicadores sobre o tema do trabalho escravo na rede pública de ensino. O intuito é fazer com que o conteúdo seja disseminado no sistema de educação estadual, alcançando outros

educadores para, então, envolver estudantes que, por sua vez, são transformados em vetores de informação sobre o tema da prevenção ao trabalho escravo, proliferando os conhecimentos com parentes e a comunidade em geral.



No Mato Grosso, o trabalho começou com a formação de gestores e técnicos das DREs – que fazem a gestão descentralizada das unidades de ensino do estado –, vinculadas à Secretaria de Estado de Educação do governo local (Seduc/MT).

Após formados, gestores dessas diretorias foram orientados a compartilhar os conhecimentos com os coordenadores pedagógicos e diretores das escolas. Essa etapa de formação contou com o apoio da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso (Sesp/MT). Por sua vez, na terceira etapa do projeto, o público formado pelas DREs realizou atividades com o corpo docente. Essas formações são a base para que, na sequência, os professores realizem atividades com estudantes e toda a comunidade extraescolar sobre os assuntos relacionados ao trabalho escravo e à prevenção a esse crime, objetivo principal do projeto. Ao todo, a ação alcançou mais de 183 mil pessoas, entre estudantes, educadores, funcionários das unidades de ensino e pessoas da comunidade extraescolar de 78 municípios coordenados pelas nove DREs. O organograma a seguir ilustra esse processo.

“A parceria entre a Coetrae-MT e o programa Escravo, nem pensar! em Mato Grosso foi a maior e mais significativa demonstração de alinhamento de conduta e de ações para discutir e entender essa temática, tão cara e importante em nosso contexto. Levar essa formação educativa para as escolas é, indiscutivelmente, a grande estratégia de avanços na tomada de consciência e de luta contra o trabalho análogo à escravidão em nosso estado e no Brasil”

Marcia Ourives, representante da Secretaria de Segurança Pública e presidente da Coetrae-MT.

3.2. Organograma do projeto



DRES E MUNICÍPIOS ALCANÇADOS

Barra do Garças

Barra do Garças
Campinápolis
General Carneiro
Nova Xavantina
Novo São Joaquim
Pontal Do Araguaia
Ponte Branca
Ribeirãozinho
Torixoréu

Cuiabá

Chapada dos Guimarães
Cuiabá
Nova Brasilândia
Santo Antônio do Leverger

Diamantino

Alto Paraguai
Arenópolis
Diamantino
Nobres
Nortelândia
Nova Marilândia
Nova Maringá
Nova Mutum
Rosário Oeste
Santa Rita do Trivelato
Santo Afonso
São José do Rio Claro

Matupá

Guarantã do Norte
Marcelândia
Matupá
Nova Guarita
Novo Mundo
Peixoto de Azevedo
Terra Nova do Norte

Primavera do Leste

Campo Verde
Gaúcha do Norte
Paranatinga
Poxoréu
Primavera do Leste
Santo Antônio do Leste

Pontes e Lacerda

Campos de Júlio
Comodoro
Conquista D'Oeste
Figueirópolis D'oeste
Jauru
Pontes e Lacerda
Nova Lacerda
Rondolândia
Vale de São Domingos
Vila Bela da Santíssima Trindade

Rondonópolis

Dom Aquino
Guiratinga
Itiquira
Jaciará
Juscimeira
Pedra Preta
Rondonópolis
São José do Povo
São Pedro da Cipa

Sinop

Cláudia
Colíder
Feliz Natal
Ipiranga do Norte
Itanhangá
Itaúba
Lucas do Rio Verde
Nova Santa Helena
Nova Ubiratã
Santa Carmem
Sinop
Sorriso
Tabaporã
Tapurah
União do Sul
Vera

Várzea Grande

Acorizal
Jangada
Nossa Senhora do Livramento
Poconé
Várzea Grande



“A concretização da parceria da ONG Repórter Brasil, no âmbito do projeto Escravo, nem pensar!, com a Coetrae-MT em 2023 era um anseio nosso, acalentado há muito. A formação foi muito exitosa, alcançando a maioria dos municípios do estado e levando a temática do combate ao trabalho escravo para um grande número de gestores educacionais, professores e alunos. A Superintendência Regional do Trabalho de Mato Grosso, como órgão que compõe a Coetrae-MT, só tem a agradecer à Repórter Brasil por esse magnífico trabalho”

Amarildo Borges de Oliveira, auditor fiscal na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Mato Grosso e integrante da Coetrae-MT.

3.3. Conquistas







EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS

4. Experiências Educacionais

Nas escolas, estudantes assumem o protagonismo para atuar como multiplicadores de informações sobre a prevenção do trabalho escravo contemporâneo, alertando seus familiares e conhecidos. Para isso, utilizam mídias sociais, produzem vídeos e podcasts bem como encenam espetáculos, confeccionam cartazes e participam de palestras. Em ao menos 78 municípios mato-grossenses, docentes e discentes tomaram a frente da iniciativa, como veremos a seguir, com o objetivo de trazer à luz um problema atual que é normalmente invisibilizado na sociedade.

“Externamos nossos cumprimentos ao Coetrae/MT e à ONG Repórter Brasil, que, por meio do programa Escravo, nem pensar!, realiza iniciativa de formação e conscientização sobre os direitos humanos, principalmente no tocante à prática de combate ao trabalho escravo no Brasil. Caracterizar o trabalho escravo na sociedade atual é um dos grandes desafios do projeto. Por isso, a prática de ensino, ao abordar conteúdos associados ao tema, contribui para elucidar o conceito e caracterizá-lo no dia a dia dos sujeitos. O apoio e suporte das DREs nos 14 polos regionais foi fundamental para o desenvolvimento desse programa educacional nos municípios do estado do Mato Grosso”

Divânea Grangeiro Arruda, coordenadora da Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos (Coeja) da Seduc-MT.



4.1. Diretorias Regionais de Educação

Nove, em um total de 14 – portanto, mais da metade das DREs do Mato Grosso –, participaram do projeto Escravo, nem pensar! em 2023. Elas foram escolhidas com o objetivo de complementar ações realizadas anteriormente e de levar ao estado inteiro as formações de prevenção ao trabalho escravo. Muitas delas se encontram em áreas onde são recorrentes os flagrantes de uso de mão de obra escrava. A seguir, destacamos algumas das experiências didático-pedagógicas mais interessantes desenvolvidas pelas regionais e pelas escolas, sob a administração própria¹.

“Tenho admiração, respeito e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido aqui em Mato Grosso do projeto Escravo, nem pensar!, do qual participei como formadora. Quero destacar a importância que tem a prevenção, e é isso que o programa faz ao levar conhecimento, a professores e alunos da rede pública, sobre esse mal que infelizmente ainda temos em nosso estado e no Brasil. Parabéns! O trabalho de vocês é fantástico!”

Carla Leal, professora da UFMT e membra do projeto Ação Integrada.

¹ As ações destacadas não resumem a enorme variedade e quantidade de atividades didáticas realizadas. As experiências aqui narradas merecem destaque por contemplar, pelo menos, um desses indicadores de qualidade: (i) inovação e criatividade na concepção e execução de um determinado conjunto de atividades didáticas; (ii) impacto e repercussão positiva na comunidade extraescolar, disseminando publicamente as informações sobre trabalho escravo; e (iii) representatividade, pois a unidade selecionada contempla, por meio de sua experiência particular, linguagem artística ou solução metodológica empregadas largamente por outras escolas pelo estado afora.

DRE DE BARRA DO GARÇAS

Alcançados pelo ENP!	
Municípios	9
Unidades escolares	24
Estudantes	7288
Educadores(as)	242
Funcionários	137
Comunidade extraescolar	1752
Pessoas prevenidas do trabalho escravo	9419



Inclusão nos projetos político-pedagógicos

A Escola Nova, um movimento de renovação da educação que ganhou força na segunda metade do século 20, transformou para sempre a forma como ocorrem as relações de ensino e ampliou o papel das instituições escolares. Por outro lado, trouxe, com isso, o desafio de delegar novas tarefas para as equipes pedagógicas, acompanhadas de uma série de outras responsabilidades. É nesse sentido, então, que o calendário letivo costuma ser ocupado por diferentes demandas e necessita de constante revisão para dar conta de todos os seus objetivos.

No âmbito do programa Escravo, nem pensar!, é dessa maneira que as formações sobre trabalho escravo, embora tenham importância inquestionável, precisam ser conciliadas com outras atividades educacionais.

Ciente dessa incumbência, a DRE de Barra do Garças planejou as ações do ENP! pensando em, ao final de um ano, incluí-las no projeto político-pedagógico (PPP) das escolas da regional no ano seguinte. “A expectativa é contemplar a proposta no PPP e favorecer sua realização com mais tempo e qualidade. Com isso, será possível continuar o trabalho preventivo. A diretoria manterá o tema na pauta formativa com os educadores locais”, afirma a funcionária Luciana Akemi, da Coordenadoria de Formação Continuada.

“O Escravo, nem pensar! reforçou a percepção de que a abordagem de temas contemporâneos contribui para o desenvolvimento de habilidades diversas e levou à sensibilização das comunidade escolares que receberam as informações necessárias para a prevenção ao trabalho escravo”, ela acrescenta.

“O trabalho escravo foi compreendido como algo real e que precisa ser combatido em todos os espaços, inclusive nas escolas. Ainda mais: como uma ação que deve se tornar parte do projeto da escola, considerando que muitos ainda precisam ser alertados quanto aos riscos de aliciamento e que toda a sociedade tem responsabilidade de promover a quebra desse ciclo e buscar possibilidades de influenciar as condições de vulnerabilidade social”, conclui Akemi.



Exposição de cartazes sobre trabalho escravo contemporâneo durante a culminância do projeto na Escola Estadual Irmã Diva Pimentel, em Barra do Garças.

Reconhecer para denunciar

O educador Paulo Freire (1921-1997) tem uma frase que diz: “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Na E.E. Irmã Diva Pimentel, em Barra do Garças, educadores(as) e estudantes envolvidos com a proposta do Escravo, nem pensar! tomaram a afirmação como mote para as ações. Além de realizar uma série de atividades, como rodas de conversa, documentários, filmes, textos, cartazes e panfletos, eles reproduziram um cenário em que costumam ocorrer casos de trabalho escravo.

Em uma área externa da escola, sob a orientação multidisciplinar de docentes das áreas de linguagens e humanidades, estudantes constituíram um ambiente que remonta às condições laborais degradantes, uma das tipificações de trabalho escravo de acordo com o artigo 149 do Código Penal.

Nesse ambiente, era possível reconhecer algumas das infrações que caracterizam essa prática, como a ausência de abrigo para descanso com qualidade, a má higiene e o não fornecimento adequado de água e alimentação.

O espaço estava disponível para visitação durante o evento de culminância do projeto, quando os trabalhos realizados na escola foram exibidos para a comunidade extraescolar, que envolve não só as famílias de estudantes do ensino fundamental e médio como também as de estudantes da Educação de Jovens e Adultos, que, na unidade, pertencem ao sistema prisional. A mostra das atividades, além disso, contou com a participação de uma intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

“Foi uma oportunidade valiosa para aprimorar nossas abordagens pedagógicas em relação ao tema no Brasil. Em resumo, a equipe gestora considerou o projeto como uma ferramenta valiosa para a promoção de uma educação mais inclusiva e consciente da história e das questões relacionadas ao trabalho escravo”, avaliou o coordenador pedagógico Hebert Chaves Rocha de Oliveira.

DRE DE CUIABÁ

Alcançados pelo ENP!	
Municípios	4
Unidades escolares	44
Estudantes	16626
Educadores(as)	373
Funcionários(as)	391
Comunidade extraescolar	3216
Pessoas prevenidas do trabalho escravo	20606



Firmar parcerias amplia alcance e efetividade

Em geral, o encaminhamento de um caso de trabalho escravo exige a ação de autoridades de diferentes áreas. Por exemplo, o flagrante, normalmente, é de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego; o processo judicial subsequente está nas mãos do Ministério Público; o atendimento às vítimas fica a cargo dos órgãos de assistência social; e, por fim, a prisão daqueles que exploram esse tipo de mão de obra depende das forças policiais. Para combater esse problema, portanto, é necessária a articulação de várias frentes do poder público.

Desse modo, a Diretoria Regional de Ensino (DRE) de Cuiabá trabalhou a proposta do Escravo, nem pensar! (ENP!) procurando uma abordagem interdisciplinar. Para fazer isso, incentivou as escolas sob a sua responsabilidade a firmar parcerias com entidades públicas, privadas ou do terceiro setor, como a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Governo do Mato Grosso (Sesp-MT), a UFMT e a CPT. A estratégia teve o objetivo de ampliar a efetividade e o alcance das formações de prevenção do trabalho escravo.

De acordo com a professora Soely Maria de Meira, funcionária da Coordenadoria de Gestão Pedagógica da DRE, a ideia de articular o programa de forma multitemática permitiu que a maioria, ao menos 60% das unidades de ensino da região, aderisse ao ENP!. “O projeto foi bem aceito por se

tratar de um tema relevante para a população do estado. Nesse sentido, as políticas públicas em sua dimensão preventiva requerem, necessariamente, uma parceria com as redes de ensino para introdução e debate sobre o problema”, ela conclui.



Palestra sobre o Projeto Ação Integrada para estudantes da Escola Estadual André Avelino Ribeiro, em Cuiabá.



Um painel contra o trabalho escravo

Quem chegasse à E.E. André Avelino Ribeiro, em Cuiabá, entre os meses de setembro a novembro de 2023 poderia se surpreender com um grande mural amarelo estendido pelo prédio escolar. No painel, essa pessoa encontraria, ainda, uma série de quadros produzidos por estudantes. Caso olhasse mais de perto, veria, ainda, a descrição e a representação de cenas relacionadas a casos de trabalho escravo – desde situações que favorecem esse tipo de prática até o modo como se dá o encaminhamento das vítimas resgatadas.

O projeto, construído a partir de uma parceria entre educadores(as) e estudantes, sintetizou os esforços de docentes das áreas de artes, espanhol, filosofia, geografia, história, matemática, português e sociologia, empenhados em realizar as atividades preventivas contra o trabalho escravo de modo que elas evidenciassem não só o envolvimento dos(as) alunos(as) com as discussões em torno do tema mas também que chamassem a atenção da comunidade escolar sobre a necessidade de se combater esse problema.

O mural, aliás, foi apenas uma entre uma série de iniciativas pedagógicas que a escola promoveu, de acordo com a proposta do Escravo, nem pensar!. Além do painel expositivo, a equipe pedagógica organizou, com os estudantes, palestras, workshops e oficinas bem como produziu outros materiais informativos para distribuição no entorno escolar.

“Os professores de sociologia idealizaram como seria o projeto e chamaram os outros componentes curriculares da base diversificada para participarem”, relata a coordenadora pedagógica Beatriz Pinto Viana. “O nosso projeto foi desenvolvido em um bimestre e, após seminários e aulas expositivas, houve com muito do envolvimento dos alunos a produção do material que seria exposto no espaço externo para a comunidade. Assim, a primeira exibição aconteceu no dia da culminância”, ela se lembra.

DRE DE DIAMANTINO

Alcançados pelo ENP!	
Municípios	12
Unidades escolares	40
Estudantes	4332
Educadores(as)	178
Funcionários(as)	180
Comunidade extraescolar	2056
Pessoas prevenidas do trabalho escravo	6746



Desafios de um tema inédito

Ao receber a atividade pedagógica proposta pelo Escravo, nem pensar!, é comum que ela seja o primeiro contato de muitos educadores da rede pública com o tema por todo o país. Na DRE de Diamantino, o enredo não transcorreu de modo diferente. O programa apresentado pela ONG Repórter Brasil foi, para a maioria dos(as) funcionários(as) da diretoria, o primeiro contato que tiveram com o debate sobre o trabalho escravo.

Essa situação, por sua vez, desdobrou-se em outras duas: de um lado, o desafio de inserir um novo assunto nos currículos escolares; de outro, a consequente dificuldade de se trabalhar adequadamente, no calendário escolar, uma questão com tantas implicações. “Todos ficaram apreensivos, pois muitos nem sabiam que ainda existe trabalho escravo nos dias atuais. Mas eles se interessaram, e a aceitação foi muito boa”, resume Roseli Lucia Cziewiakon, professora técnica da Coordenadoria de Gestão Pedagógica na DRE.

Assim, a principal preocupação na regional foi a de garantir que a totalidade das escolas sob sua responsabilidade obtivesse consciência da relevância de se falar sobre trabalho escravo em sala de aula. Para atingir esse objetivo, a diretoria reuniu coordenadores(as) e professores de 40 unidades de ensino.

“O programa abriu um leque de possibilidades de abordagens pedagógicas, então muitos ficaram interessados e passaram a ficar mais atentos ao tema”, comenta Cziewiakon.

“Apesar do pouco tempo que houve para sua realização, o projeto foi gratificante, pois foi possível que educadores e educadoras compreendessem a grandiosidade e a importância de se trabalhar esse tema”, complementa a professora técnica. Ela afirma, também, que os conteúdos sobre trabalho escravo serão incorporados ao currículo das escolas nos próximos anos.

‘Pit stop’ contra o trabalho escravo

Para os(as) educadores(as) da E.E. Plácido de Castro, em Diamantino, ficou uma meta após receberem a formação na DRE: sensibilizar sobre o trabalho escravo em aula é tão importante quanto fazer isso fora dela. A fim de cumprir esse objetivo, portanto, os multiplicadores do projeto Escravo, nem pensar! executaram as atividades visando não apenas informar como também inspirar.



Estudantes da Escola Estadual Integral Plácido de Castro realizam “pit stop” e entregam material informativo sobre o trabalho escravo contemporâneo para motoristas e pedestres, em Diamantino.

“Campanhas educativas foram conduzidas para ampliar a conscientização não apenas dentro das escolas, mas em nível comunitário. Isso incluiu eventos públicos como estratégia de comunicação para alcançar um número mais amplo de pessoas”, conta a professora Noraides Ferreira de Almeida, coordenadora pedagógica da unidade de ensino.

Nesse sentido, uma iniciativa que prosperou, segundo ela, foi a realização de um “pit stop” durante o evento culminância nos entornos da escola, no qual estudantes distribuía materiais informativos enquanto sanavam dúvidas a respeito do trabalho escravo para os passantes da região. “Essas atividades ampliaram o diálogo, proporcionando oportunidades para esclarecimentos e reflexões conjuntas. Essa interação mais próxima ajudou a dissipar dúvidas e a consolidar um entendimento mais abrangente sobre a gravidade do problema”, comenta a coordenadora.

“Além disso, observamos que o projeto desempenhou um papel importante na conscientização sobre a necessidade de uma educação que promova valores éticos e sociais. O impacto dessas discussões ultrapassou os muros da escola, influenciando a forma como a comunidade encara questões sociais e contribuindo para uma mentalidade mais ativa na busca por justiça e igualdade”, complementa.



DRE DE MATUPÁ

Alcançados pelo ENP!	
Municípios	7
Unidades escolares	22
Alunos	6581
Educadores(as)	225
Funcionários(as)	284
Comunidade extraescolar	2383
Pessoas prevenidas do trabalho escravo	9473



Estudantes da Escola Estadual Kreen Akarore em Guarantã do Norte, apresentam pesquisas sobre o tema do trabalho escravo.

Mensagens contra o desrespeito à lei trabalhista

Ao lado da rodovia BR-163, pela qual a maioria da produção econômica mato-grossense é escoada, o município de Matupá reúne as contradições de uma região em que, ao mesmo tempo, transitam um grande número de riquezas – oriundas do boom nacional de commodities – e de vítimas de desrespeito aos direitos laborais. Próxima à fronteira com o Pará, a região, além de representar uma importante via para a exportação nos portos de Belém, é afetada pelo garimpo que submete trabalhadores a diversos tipos de violações.

Tal característica, de contrastes sociais, fez com que as formações do Escravo, nem pensar! se tornassem uma prioridade para os funcionários da DRE ali instalada. Tais profissionais elegeram que o principal objetivo seria de garantir que a mensagem de prevenção ao trabalho escravo atingisse o maior número possível das escolas compreendidas pela diretoria. “Para isso, montamos um grupo de WhatsApp com professores e coordenadores, e todos participaram com muito empenho e vontade na realização do programa, mesmo com um prazo curto para realizar as ações”, relata Flávio Ramos, assistente social da DRE.

“Nossa maior dificuldade”, ele complementa, “foi inserir a proposta no programa político-pedagógico das escolas com pouco tempo para executá-la. No entanto, as unidades estavam realmente unidas para colocá-la em prática. Quando há união, respeito e diálogo, os trabalhos vão longe”.

O funcionário da DRE ressalta, além disso, que os materiais disponibilizados pelo Escravo, nem pensar! facilitaram a elaboração de um cronograma pelas escolas bem como a efetivação das atividades. Entre as propostas concretizadas nas unidades de ensino, destacam-se: o trabalho interdisciplinar que levou os estudantes a confeccionar diversos produtos, como histórias em quadrinhos, mostras artísticas, rodas de conversa e de capoeira, além de, principalmente, a exposição de cartazes produzidos a partir de projetos de pesquisa.

Divulgação científica pelos direitos humanos

Quando os projetos foram colocados em prática na E.E. Kreen Akarore, em Peixoto de Azevedo, uma dúvida surgiu: como esclarecer que, embora a escravidão tenha sido abolida, persistem formas contemporâneas de exploração de trabalhadores? A fim, portanto, de garantir a conscientização de um tema atual e próximo, a equipe pedagógica buscou uma abordagem multidisciplinar de orientação científica. Incitou, para isso, os discentes à realização de pesquisas que integrassem diferentes matérias para deixá-los a par do trabalho escravo e dos direitos humanos.

Desse modo, tomaram a frente do programa educadores das áreas de história, português e geografia. “Professores e estudantes se engajaram em debates construtivos, buscando entender melhor as raízes e as implicações éticas do trabalho escravo, assim como suas manifestações modernas. A escola, enquanto instituição educacional, reconheceu a importância de abordar tais temas e incorporou discussões relacionadas em seu currículo, visando fomentar uma reflexão crítica entre os estudantes e prepará-los para serem cidadãos conscientes e responsáveis”, detalha Cledecir Brigo, coordenador pedagógico.

Com isso, uma vez que as tarefas estivessem concluídas, os corpos docente e discente divulgaram os resultados obtidos nos estudos. Produziram trabalhos para ilustrar casos de trabalho escravo, como maquetes de áreas de garimpo e de outros serviços que desrespeitam a dignidade humana, e ainda organizaram uma exposição com cartazes que exibiam os achados das pesquisas. “Essas iniciativas não só educaram mas também motivaram o combate a essa violação dos direitos humanos”, comenta Brigo.

O coordenador pedagógico afirma, ademais, que a reação da comunidade escolar foi um reflexo dos resultados atingidos pela proposta do Escravo, nem pensar!. “Enquanto alguns membros expressaram um profundo desconforto e surpresa ao confrontar a realidade do trabalho escravo contemporâneo, outros mostraram-se motivados a participar ativamente na busca por soluções e na promoção de uma consciência social mais ampla sobre o assunto”, conclui.

DRE DE PONTES E LACERDA

Alcançados pelo ENP!	
Municípios	10
Unidades escolares	16
Estudantes	8020
Educadores(as)	341
Funcionários(as)	130
Comunidade extraescolar	7883
Pessoas prevenidas do trabalho escravo	16374



Passo a passo contra as dificuldades

Prazos apertados, início no segundo semestre, disponibilidade no calendário somente em outubro, falta de dinheiro e entraves na documentação. Não foram poucos os percalços enfrentados pela DRE de Pontes e Lacerda para atingir as metas traçadas para a execução do programa Escravo, nem pensar!.

Diante de tais dificuldades, os técnicos da diretoria de educação, entretanto, empenharam-se em fazer acontecer.

Assim, uma das motivações encontradas por eles para garantir a realização do projeto foi manterem-se em sintonia com as orientações oferecidas pela equipe do ENP! e pela Seduc-MT. “Seguimos todo o passo a passo”, relata o funcionário estadual Edir de Oliveira, que estava alocado na regional de Pontes e Lacerda durante a execução do plano.

Ele ressalta que a clareza das instruções recebidas foi o que mais lhes ajudou a garantir a continuidade da proposta. “Fizemos uma formação com coordenadores de todos os dez municípios abrangidos pela diretoria de Pontes e Lacerda. Depois disso, mantivemos contato com as escolas, complementando as informações por e-mail, WhatsApp e outros meios.”

Além disso, outra estratégia para vencer os desafios colocados, de acordo com o funcionário, foi de realizar visitas para apoiar efetivamente as escolas. “Quando estávamos in loco, fomentávamos as atividades, apoiando professores e estudantes com o que precisassem”, afirma.

“Apesar de tudo, foi o comprometimento dos educadores que garantiu a obtenção de um resultado satisfatório. Aqui, nós nos empenhamos para que os alunos e as alunas tivessem o entendimento do que é trabalho escravo – um tema que é muito pouco ou quase nada estudado. A gente conseguiu melhorar um pouco essa compreensão. E, no final, o resultado foi bem interessante”, avalia Oliveira.



Estudantes da Escola Estadual Cora Coralina realizam apresentação sobre o trabalho escravo contemporâneo para a comunidade escolar, no município de Comodoro.

A arte contra a barbárie

*“Tem cabimento
Depois de tanto tormento
Me casar com algum sargento
E todo sonho desmanchar
Não tem carranca
Nem trator, nem alavanca
Quero ver quem é que arranca
Nós aqui desse lugar”*

A canção “Violeira”, de Chico Buarque, que conta a história de uma mulher migrante vítima de violência na busca por melhores condições de emprego, serviu de inspiração para as ações do Escravo, nem pensar! na E.E. Cora Coralina, no município de Comodoro. A música integrou uma das atividades desenvolvidas na escola com estudantes oriundos do sistema prisional ali matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA). De acordo com o coordenador pedagógico Antonimar Silva Freitas, a ação tinha dois objetivos. De um lado, a ideia era ajudar a descrever as situações que levam alguém a ser aliciado para o trabalho escravo, como a falta de formação educacional, a pobreza ou o desconhecimento de direitos básicos. De outro, o intuito era incentivar os(as) alunos(as) a encontrar formas de relatar suas próprias experiências pessoais de violência.

“E o resultado foi surpreendente”, afirma o coordenador. “Pelo fato de serem adultos, os estudantes da EJA trouxeram muitos exemplos de situações vivenciadas por eles mesmos, e o melhor jeito foi retratar isso em poemas”, diz.

Nesse sentido, as aulas de língua portuguesa tiveram importância central. “A disciplina desempenhou um papel significativo na expressão do que eles já viveram. Esses estudantes, incluindo aqueles do sistema prisional, foram incentivados a canalizar suas experiências e perspectivas por meio de textos literários. Essa abordagem não apenas desenvolveu habilidades linguísticas mas também promoveu empatia e compreensão entre os participantes”, conclui o educador.

DRE DE PRIMAVERA DO LESTE

Alcançados pelo ENP!	
Municípios	6
Unidades escolares	30
Estudantes	14949
Educadores(as)	453
Funcionários(as)	216
Comunidade extraescolar	4329
Pessoas prevenidas do trabalho escravo	19947



Um plano de ação detalhado

Nessa área de alto fluxo de migrantes em busca de oportunidades oferecidas pelo agronegócio, onde está a Diretoria Regional de Educação de Primavera do Leste, a maioria das pessoas submetidas ao trabalho escravo não costuma vir do Mato Grosso – ressalte-se que, embora seja o terceiro com mais resgates no país em seu território, apenas 2% do total de vítimas em todo o Brasil é de indivíduos naturais do estado. Por exemplo, mais recentemente, em 2022, 14 trabalhadores, muitos de outros estados, foram libertados de condições análogas às de escravo em uma fazenda em Paranatinga², em um município cujas escolas estão sob supervisão da DRE. Trata-se, portanto, de um problema na ordem do dia na região.

Conscientes, assim, de que a situação é crítica e precisa ser combatida, os funcionários da autarquia local da Seduc-MT elencaram o projeto do Escravo, nem pensar! como prioridade. Eles se empenharam em conseguir não só que as formações atingissem todas as unidades de ensino, mas que fossem executadas com qualidade. Para isso, estruturaram um cronograma completo e detalhado para a proposta, incluindo a elaboração de um plano de ação, com os tipos de atividades previstas e a sugestão de um evento para a culminância. Dedicaram, além disso, os últimos 90 dias para somente assessorar as escolas e, quando necessário, visitá-las para oferecer uma ajuda mais próxima.

² Disponível em: <https://bit.ly/3Jozs7O>. Acesso em: 10 abr. 2024.

Garantir a organização do projeto dessa maneira foi o que levou à obtenção de bons resultados, de acordo com Kleyva Castro, professora técnica da Coordenadoria de Gestão Pedagógica da DRE: “A avaliação do desenvolvimento na regional é positiva, com todas as escolas reconhecendo a importância de abordar o tema do trabalho análogo ao de escravo e da violação dos direitos humanos”.

Ela também diz que, dada a repercussão, o projeto deverá continuar no rol de ações da diretoria regional nos próximos anos. “Considerando que o estado de Mato Grosso é estratégico no combate ao trabalho escravo e diante do sucesso do projeto, sugeriu-se à gestão escolar a continuidade dele neste ano letivo de 2024 bem como sua institucionalização no Projeto Político Pedagógico da unidade, como parte das atividades desenvolvidas pelas escolas”, conclui.



Estudantes da Escola Estadual Monteiro Lobato, em Primavera do Leste, apresentam uma performance sobre o trabalho escravo contemporâneo para a comunidade escolar.

Cartilhas para a conscientização comunitária

Acontece mais do que parece. Para muitas famílias, a primeira vez que ouvem falar sobre trabalho escravo é por meio da informação que seus filhos recebem na escola. Embora essa prática, que é prevista como crime na legislação, seja reconhecida no Brasil desde 1995, ainda existe um contingente significativo de pessoas que desconhecem a magnitude e a gravidade desse problema nacional.

As ações da E.E. Monteiro Lobato, em Primavera do Leste, podem, assim, ser encaradas como um importante passo para a conscientização da sociedade. Depois de dividir as discussões sobre trabalho escravo em diferentes turmas e disciplinas, estudantes, professores, gestores e técnicos da unidade organizaram um grande evento de culminância, no final do ano letivo, para apresentar à comunidade escolar o resultado do contato com o tema na sala de aula.

No evento, destacaram-se duas atividades. A primeira, uma grande apresentação teatral para o público presente. A segunda, a confecção e entrega de cartilhas com orientações acerca do reconhecimento de casos de trabalho escravo e do seu encaminhamento a autoridades. *“Aqueles que compareceram elogiaram o resultado. Para muitos, inclusive, foi a primeira vez que ficaram sabendo do trabalho escravo”*, relata Izaneth Araújo, coordenadora pedagógica.



DRE DE RONDONÓPOLIS

Alcançados pelo ENP!	
Municípios	9
Unidades escolares	50
Estudantes	25383
Educadores(as)	492
Funcionários(as)	288
Comunidade extraescolar	3900
Pessoas prevenidas do trabalho escravo	30063



Diálogo para sensibilizar

Com dois municípios entre os 15 com mais incidência de trabalho escravo no Mato Grosso (Guiratinga e o município sede), a região de Rondonópolis encara o enfrentamento a essa prática como uma prioridade. Pelo menos foi essa a postura que os funcionários da DRE local tomaram ao entrar em contato com a proposta do Escravo, nem pensar!. Os funcionários da diretoria, assim, reuniram os representantes das unidades de ensino para sensibilizá-los sobre a necessidade de abordar o tema com o objetivo de minimizar seus efeitos.

A equipe da regional, nesse sentido, apresentou o programa para os educadores em dois momentos: em um primeiro momento, no final de julho, para expor o plano de execução; depois, no início de setembro, com o segundo semestre já em curso, para realizar a formação dos educadores das unidades de ensino e garantir a sua mobilização em torno da proposta.

“Pontuamos que a base da economia de nosso estado se consolida pelas principais atividades em que são encontrados casos de trabalho escravo, como pecuária, cana-de-açúcar, soja, algodão e construção civil. Ressaltamos que existem órgãos competentes de enfrentamento”, afirma Gilva Eloisa, técnica da Coordenadoria de Gestão Pedagógica da DRE.

Nesse percurso, os funcionários da diretoria se empenharam em manter a comunicação constante com professores e coordenadores, o que, de acordo com a avaliação dos envolvidos, auxiliou no cumprimento das metas traçadas. Tal proximidade com a representação da Seduc facilitou, ainda, que as escolas articulassem atividades com autoridades e outras entidades parceiras.

“Esse diálogo fez a diferença no processo”, avalia a técnica da DRE. “Os profissionais das unidades organizaram o projeto por meio de ações em desfile cívico, teatro, artigo de opinião, pintura, divulgação na mídia local, palestras desenvolvidas em parcerias com promotores de Justiça, advogados que atuam na área trabalhista, prefeitos, auditores fiscais do trabalho, entre outros. Tudo isso possibilitou um resultado positivo em nosso polo”, acrescenta.

Da literatura para a repercussão na mídia

Os livros *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, e *Morte e vida severina*, de João Cabral de Melo Neto, serviram como motivadores para o desenvolvimento das atividades de prevenção ao trabalho escravo na escola E.E. Dom Aquino Correa, em Itiquira. Após o tema ser abordado em sala de aula nas áreas de humanidades, como filosofia, geografia, história e sociologia, os professores de língua portuguesa utilizaram as duas obras como uma forma de conscientizar os estudantes sobre as condições que empurram pessoas para o trabalho escravo.

Tal abordagem, apoiada nas relações entre a arte e os estudos sociais produzidos no país, levou os alunos e as alunas a se motivarem com as discussões relacionadas à questão e, conseqüentemente, com a execução das atividades ligadas ao Escravo, nem pensar!. “Os estudantes, de modo geral, consideraram interessante e pertinente o tema, ficaram engajados e, com a mediação de professores diferentemente envolvidos, perceberam a relevância e a proximidade com a realidade local”, comenta Ellen Regina Camargo Lúzio, coordenadora pedagógica.

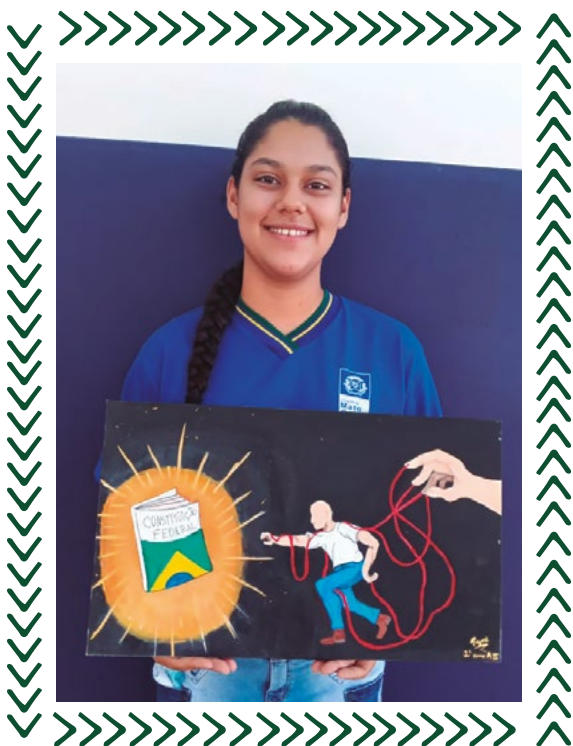
O resultado do trabalho do corpo discente serviu como base, na sequência, para a organização de um encontro de culminância, reunindo a comunidade escolar para a exibição de documentários, saraus e seminários. Posteriormente, essas atividades levaram, ainda, a escola para um canal de televisão. A repercussão das atividades foi tamanha que, inclusive, uma emissora local entrevistou professores e estudantes para uma série de reportagens não apenas sobre o evento mas também acerca do trabalho escravo.

A arte e a artista

A aluna Rayne Alves Ferraz, do 2º ano do Ensino Médio, foi uma das que mais se sensibilizou com o trabalho escravo e elaborou os seus sentimentos no quadro reproduzido em seguida.

Além disso, ela comentou a concepção de sua obra. “A ideia foi utilizar os conhecimentos que eu adquiri. Para isso, eu me lembrei do que os professores trabalharam durante as aulas e, ao refletir um pouco, a principal palavra que me veio à mente foi ‘manipulação’. Por isso, busquei expressar

essa prática com uma mão controlando uma marionete, mostrando a forma como as pessoas estão presas aos seus patrões, às vezes, não por meio de correntes ou cordas, mas por meio de pressão e ameaças.”



A estudante Rayne, do 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Dom Aquino Corrêa, em Itiquira, exhibe sua obra, desenvolvida como atividade do projeto Escravo, nem pensar!

DRE DE SINOP

Alcançados pelo ENP!	
Municípios	16
Unidades escolares	53
Estudantes	26988
Educadores(as)	180
Funcionários(as)	169
Comunidade extraescolar	9047
Pessoas prevenidas do trabalho escravo	36384



Materiais em defesa da justiça social

Mesmo em uma das regiões mais ricas de Mato Grosso, nas cercanias de Sinop, que abrange alguns dos mais altos índices de desenvolvimento humano do estado, é difícil encontrar informações acessíveis e relevantes sobre o trabalho escravo. Levar o tema para ser discutido nas escolas, portanto, pode ser desafiador, dada a falta de conteúdo confiável. Segundo os técnicos da DRE local, porém, essa dificuldade foi contornada com o apoio dos materiais e do suporte oferecidos pela equipe do Escravo, nem pensar!.

“Antes de entrarmos em contato com o projeto, não tínhamos nenhum programa de prevenção ao trabalho escravo. O contato com o ENP!, no entanto, contribuiu para a formação de uma consciência crítica de estudantes e educadores, em geral, da nossa região. Isso também resultou na ampliação do repertório cultural e na promoção da igualdade e da justiça social nas escolas”, diz Leonilda de Oliveira, professora técnica da Coordenadoria de Gestão Pedagógica da DRE de Sinop, no norte do estado.

De acordo com ela, a qualidade do conteúdo disponibilizado para as formações auxiliou, ainda, no engajamento das unidades de ensino sob abrangência da regional. Além disso, por mais que houvesse dificuldades em encaixar o projeto no calendário pedagógico, houve um grande

número de escolas que aderiram – ao menos 93% das 57 unidades realizaram atividades nesse âmbito. A professora avalia, nesse sentido, que a apresentação visual dos materiais didáticos, por facilitar o acesso a informações relevantes, motivou, inclusive, estudantes e professores a permanecerem em contato com o tema.

Após a repercussão, a expectativa dos funcionários da DRE é que o conhecimento acumulado com as formações fique como um legado e provoque a adição das discussões sobre trabalho escravo contemporâneo não só no currículo, mas no projeto pedagógico das escolas da região. “É a oferta de um conteúdo atualizado e de qualidade sobre um tema ainda pouco explorado nas escolas. Isso deve ser valorizado”, conclui Oliveira.



Exposição de cartazes e pinturas produzidas pelos estudantes da Escola Estadual Dorothy Stang, no município de Cláudia.

Contato e identificação

Como uma espécie de pequeno enclave, cercado por algumas das principais cidades do agronegócio mato-grossense, como Sorriso, Nova Ubiratã e Lucas do Rio Verde, um território da reforma agrária ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) resiste à pressão exercida pelos latifúndios produtores de commodities. No município de Cláudia, o assentamento 12 de Outubro abriga a E.E. Dorothy Stang que, entre um mar de soja, milho e cana, reconheceu trabalho escravo em seu próprio contexto após realizar as atividades do Escravo, nem pensar!. Segundo a diretora Daiane Aparecida Lemos, o contato com o assunto despertou a consciência de estudantes da escola sobre a proximidade do problema. “A temática foi recebida de maneira questionadora, uma vez que, por lei, não deveria mais existir trabalho escravo no nosso país; porém, a percepção da importância do assunto foi imediata, tanto para se informar quanto para se prevenir. Todos julgaram o projeto como muito necessário, pois a falta de informações adequadas é uma das causas atuantes nesse tipo de crime”.

“Ao passo que a temática prosseguia, os estudantes foram trazendo relatos que escutaram de familiares sobre vítimas de trabalho análogo à escravidão e casos que souberam de cidades próximas ou que encontraram pesquisando”, acrescenta Leila Carneiro Pelicer, professora de História.

As discussões acerca do assunto perduraram por cerca de um mês, com o início do programa nas salas de aula e, depois, com a produção de trabalhos de pesquisa, teatro, cartazes, infográficos, poesia e redação. Uma vez prontos, os materiais foram expostos para a comunidade em uma Tarde Cultural que culminou com os eventos de celebração do Dia da Consciência Negra.

“Após o projeto, sempre que os educandos veem algo sobre o tema, compartilham com os demais colegas e com seus professores”, ressalta a diretora da E.E. Dorothy Stang.

DRE DE VÁRZEA GRANDE

Alcançados pelo ENP!	
Municípios	5
Unidades escolares	61
Estudantes	30889
Educadores(as)	692
Funcionários(as)	513
Comunidade extraescolar	2349
Pessoas prevenidas do trabalho escravo	34443



Organização interna para obtenção de resultados

Há um ditado que afirma que um é pouco e dois é bom. Nesse sentido, não foi a primeira vez que a DRE de Várzea Grande participou do Escravo, nem pensar!. Depois de integrar, em 2022, as atividades do programa, a diretoria, situada na Baixada Cuiabana, teve uma nova oportunidade de aderir ao projeto. Dessa maneira, a expertise acumulada de uma edição do programa para a outra foi um dos fatores que contribuíram para o sucesso na iniciativa mais recente.

Não foi só isso, no entanto. O engajamento do corpo técnico da diretoria sucedeu de tal forma que permitiu organização e alinhamento decisivos para o resultado. “Separamos as tarefas entre as coordenadoras”, lembra-se Aline Mialho, assistente social e técnica da DRE, “mas, na prática, o trabalho se deu de forma coletiva, com as equipes atuando em conjunto”.

“Assim, conseguimos acompanhar com qualidade a execução do projeto. Quando necessário, íamos até as escolas, que, em geral, sempre estiveram próximas da diretoria. Desse modo, a gente se antecipou muito aos problemas e se organizou para garantir o encaminhamento, porque vivenciamos dia a dia o monitoramento do projeto. Tudo isso facilitou cumprirmos com as nossas responsabilidades.”

Segundo a funcionária da regional, o resultado obtido pela diretoria, além disso, impacta uma das áreas mais críticas de trabalho escravo no Mato Grosso. Sob abrangência da DRE de Várzea Grande, está a cidade de Poconé, onde o garimpo é uma das principais atividades que aliam vítimas à escravidão contemporânea. Com 421 pessoas resgatadas, o município é o segundo, no estado, com mais trabalhadores libertados, entre 1995 e 2023.

“A educação é um instrumento que, de fato, transforma a sociedade. Então, poder encaminhar essa discussão com qualidade mostra que o resultado do nosso esforço pode ser, no fim, muito positivo”, conclui Mialho.

Incidência política bilíngue

Há uma parábola nos escritos bíblicos que conta: até antes da construção da Torre de Babel, a humanidade se comunicava em uma só língua e, assim, estava ciente da totalidade de seus problemas. Com uma escola vocacionada para o ensino de idiomas, o encaminhamento das atividades do Escravo, nem pensar! na E.E. Honório Rodrigues de Amorim, em Várzea Grande, aproximou-se dessa facilidade com que as pessoas, em um passado mítico, tinham para dialogar e resolver os seus problemas em comum.

A partir dos debates encaminhados em sala de aula, o então diretor da unidade, o professor Jalme Santana de Figueiredo Júnior, articulou uma parceria com a Câmara Municipal. Com isso, estudantes foram à sede do Poder Legislativo para expor aos vereadores a necessidade de se encaminhar soluções locais contra o trabalho escravo, como a inclusão do tema nos parâmetros curriculares da rede educacional. Como se tratava de um evento não só político como também educativo, alunos e alunas participaram tanto de uma sessão ordinária em português quanto simularam no plenário um encontro em inglês, semelhante ao da Câmara dos Lordes do Reino Unido.

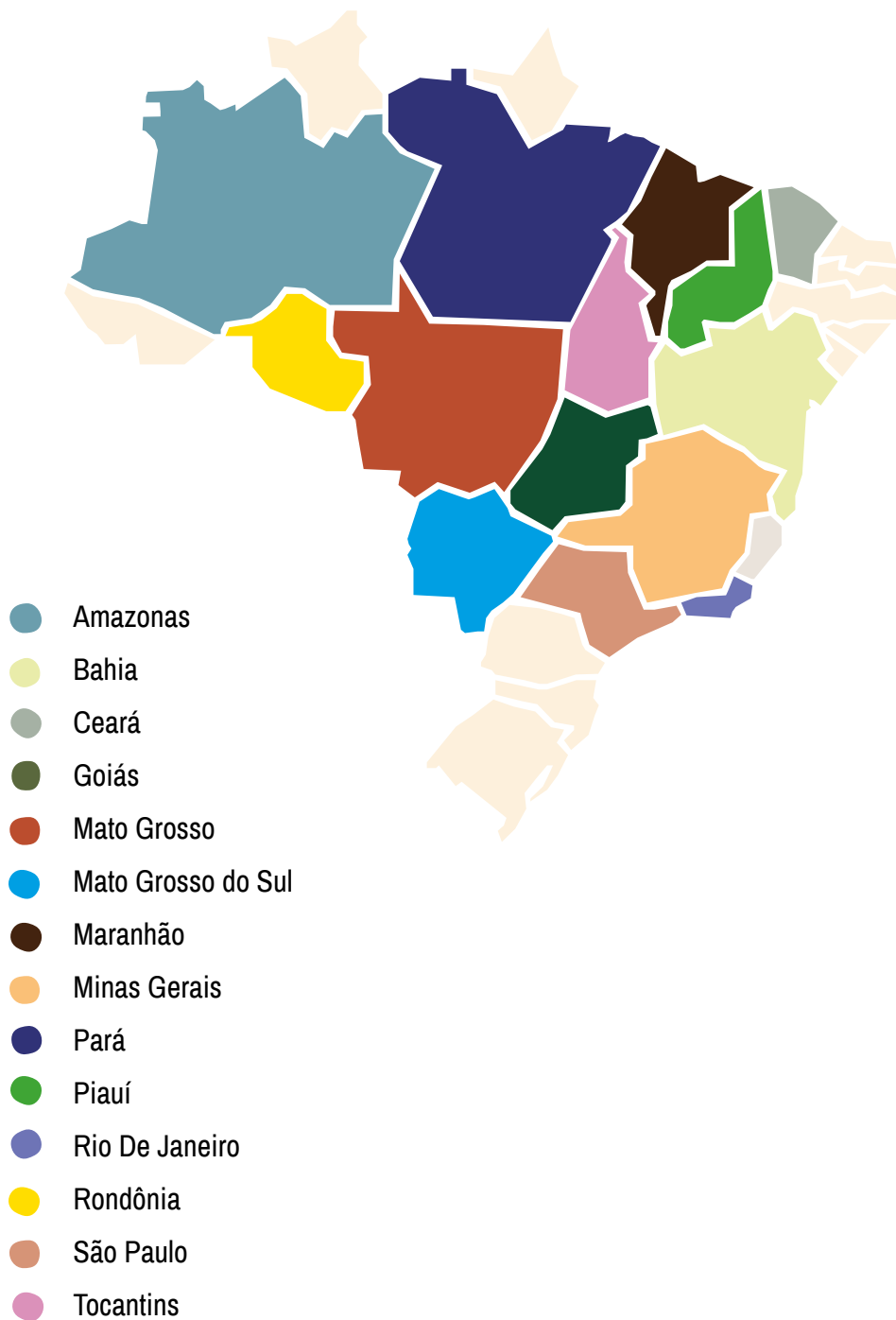
Como resultado dessa incidência política, realizada, ainda, com o apoio dos professores Domingos Pinto de França (de línguas) e Wesley Nicoletti (de sociologia e filosofia), os estudantes da E.E. Honório Ro-

drigues de Amorim reconheceram a importância da articulação política para a proteção dos direitos humanos. “O resultado de tanto trabalho foi a surpresa da comunidade. Saber que contribuímos de alguma forma com essa disseminação foi gratificante”, relata Ana Paula Lima Botelho, coordenadora pedagógica da escola.



Comunidade da Escola Estadual Irene Gomes de Campos, em Várzea Grande, realiza passeio ciclístico pela cidade como forma de disseminar informações sobre o trabalho escravo contemporâneo.

5. Rede ENP! de prevenção ao trabalho escravo no Brasil



6. Saiba mais sobre o trabalho escravo



Site

escravonempensar.org.br



Youtube

[@escravonempensar](https://www.youtube.com/@escravonempensar)



Facebook

[Facebook.com/ONGReporterBrasil](https://www.facebook.com/ONGReporterBrasil)



Instagram

[@escravonempensar](https://www.instagram.com/escravonempensar)



Twitter

[@reporterb](https://twitter.com/reporterb)





O estado do Mato Grosso lidera o setor agropecuário brasileiro, quebrando recorde atrás de recorde de produtividade de soja, milho e outras *commodities*. Ao mesmo tempo, porém, é uma das unidades federativas brasileiras em que mais pessoas já foram submetidas ao trabalho escravo. Com 6.233 vítimas resgatadas destas condições, entre 1995 e 2023, o estado é o terceiro com mais libertações no país, sobretudo em atividades como a criação de gado e as lavouras de monocultura. A fim de erradicar este cenário, não bastam, no entanto, apenas as ações de repressão, a cargo da fiscalização trabalhista e da punição aos infratores. É igualmente necessário somar a isso ações de assistência às vítimas e de prevenção, de modo a evitar o aliciamento para esse tipo de prática.

Nesta publicação, apresentamos os resultados do projeto Escravo, nem pensar!, realizado no Mato Grosso em 2023, com o objetivo de fomentar, a partir de ações educativas, a prevenção ao trabalho escravo. Ao todo, mais de 183 mil pessoas foram prevenidas, por meio de atividades realizadas por 340 escolas de 78 municípios mato-grossenses.

Realização



Parceria



Apoio

Fundo Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Mato Grosso